



## DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 03/2016 – DIRETOR GERAL DO IFAM - CMZL

Tratam os autos de procedimento licitatório n. 04.2016 com vistas à contratação de empresa para finalização da obra de Construção do Centro Cão-Guia.

O procedimento se encontra na fase de habilitação das empresas licitantes.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), na Ata de Julgamento das propostas, decidiu pela habilitação de somente duas empresas, quais sejam, Construtora Almeida LTDA e Construtora Rio Negro LTDA.

Três empresas entraram com Recurso Administrativo: J J Barroso LTDA – ME; Castell Engenharia LTDA; e J.P.V. da Silva & Cia LTDA

Quanto às duas primeiras, a Comissão Permanente de Licitação resolveu reconsiderar a decisão de inabilitação e trazer as duas referidas empresas de volta ao certame.

Quanto à última (J.P.V. da Silva & Cia LTDA), a Comissão resolveu manter inabilitada, e, por isso, dirigiu o recurso a mim para que fosse decidido.

Para esclarecimento, colaciono abaixo o relatado pela Comissão:

A empresa **J.P.V. DA SILVA & CIA LTDA** ingressou com recurso administrativo (protocolo n. 1047) às 16:16 do dia 10.10.2016 sendo, portanto, tempestivo. Quanto ao mérito recursal, a empresa alega que

“A empresa JPV da Silva & Cia LTDA apresentou toda sua documentação comprovando na somatória dos seus acervos técnicos a execução total de 1.065,80m2 de piso inter travado que tem similaridade com o que está sendo pedido no edital, vale ressaltar que o edital não é claro em dizer que não será admitido somatória de acervos, simplesmente se limita a dizer que em uma única “obra”, os atestados apresentados são do mesmo órgão Infraero, e compõem em si uma única obra que é a modernização das instalações da mesma, que foi dividida em vários lotes, a qual a empresa comprovadamente em seus atestados executou ambas (...)”

Após análise e consenso por parte da CPL em conjunto com a Engenharia, quanto ao recurso impetrado pela empresa J.P.V DA SILVA & CIA LTDA, a Comissão houve por bem manter a inabilitação da recorrente, por entender ser o Edital claro o suficiente quanto à impossibilidade de junção de Atestados para fins de somatório.

Pois bem.

A análise do mérito recursal da empresa é singela e já vencida pelas próprias regras editalícias. Cinge-se, basicamente, à utilização da soma de dois acervos técnicos para fins de cômputo de um único, para que seja habilitada no presente certame.

Ocorre que o edital, no item 5.5, k, I, assim estabelece:



- k) Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante a comprovação de que o responsável técnico apresentado no item anterior é detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução dos serviços em uma única unidade predial.
- l) – Pavimentação em bloco de concreto sextavado espessura 8cm, assentado sobre colchão de pó de pedra rejunte com argamassa traço 1:4 (cimento e areia), igual ou superior 750 m<sup>2</sup>.

A meu ver, a regra editalícia é pontual e não deixa dúvidas: para cada unidade predial há uma licitação e para cada licitação um acervo técnico. Sendo assim, a utilização separada de dois deles não atende ao requisito inserto no edital.

Com a devida *venia*, o que me parece é que a licitante quer impugnar a cláusula do edital que impede a utilização de dois acervos técnicos, o que não é mais possível nessa fase da licitação, visto que contraria frontalmente a lei n. 8.666/93, especialmente seu art. 41 e seus respectivos parágrafos.

Sendo assim, mantenho a inabilitação da empresa **J.P.V. DA SILVA & CIA LTDA** e por ser última instância administrativa, determino à Comissão Permanente de Licitação que abra os envelopes das propostas dia 19.10.2016, para fins de celeridade processual.

Sala do Diretor Geral do IFAM-CMZL, 13.10.2016.

Aldenir de Carvalho Caetano

Diretor Geral do IFAM-CMZL

Portaria GR/IFAM Nº 1.063, de 26.03.2015